



SESAU-AL

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS

ESPECIALISTA EM SAÚDE – ENFERMAGEM

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Redação Discursiva
- ▶ Ética no Serviço Público
- ▶ Atualidades
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação Estadual
- ▶ Legislação Aplicada ao SUS



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca - Cebraspe

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 1 – SESAU/AL
DE 18 DE JUNHO DE 2026

Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas

SESAU-AL

Especialista em Saúde – Enfermagem

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Especialista em Saúde – Enfermagem de acordo com o Edital nº 01–SESAU/AL, de 18 de Junho de 2026 da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas (SESAU-AL).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca CEBRASPE-CESPE, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS	9
■ RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS	12
■ DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL.....	23
■ DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	25
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL	25
■ DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO.....	30
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO.....	36
RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO	37
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	40
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	42
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	48
Colocação dos Pronomes Átonos	58
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS	58
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	65
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE	69
■ REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO.....	71
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS	71
SINONÍMIA	71
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO, REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO, REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	73
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	87
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	121
■ ÉTICA E MORAL.....	121

■ ÉTICA, PRINCÍPIOS E VALORES	122
■ ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA	125
■ ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA	126
■ ÉTICA NO SETOR PÚBLICO	128
■ LEI ESTADUAL Nº 6.754/2006 (CÓDIGO DE ÉTICA FUNCIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS)	130
LEGISLAÇÃO ESTADUAL	135
■ CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	135
■ LEI ESTADUAL Nº 5.247/1991 E SUAS ALTERAÇÕES (REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE ALAGOAS, DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS)	148
LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS	159
■ EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ARCABOUÇO LEGAL	159
■ CONTROLE SOCIAL NO SUS	165
■ RESOLUÇÃO Nº 453/2012 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	166
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ARTIGOS DE 194 A 200 E SUAS ALTERAÇÕES	166
■ LEI Nº 8.080/1990 E SUAS ALTERAÇÕES	174
■ LEI Nº 8.142/1990 E SUAS ALTERAÇÕES	195
■ DECRETO PRESIDENCIAL Nº 7.508/2011 E SUAS ALTERAÇÕES	197
■ DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE	205
■ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE	207
ATUALIDADES	213
■ FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO	213
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	285
■ LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	285

■ CÓDIGO DE ÉTICA	291
■ EPIDEMIOLOGIA E ENFERMAGEM	304
■ ESTATÍSTICA E ENFERMAGEM	307
■ TEORIAS EM ENFERMAGEM.....	309
■ ENFERMEIRO COMO LÍDER E AGENTE DE MUDANÇA	311
■ CONCEPÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM.....	313
■ ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM.....	314
■ POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	315
■ LEI ORGÂNICA DE SAÚDE A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	321
■ PROCESSO SOCIAL DE MUDANÇA DAS PRÁTICAS SANITÁRIAS NO SUS E NA ENFERMAGEM.....	321
■ ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E ENFERMAGEM	322
■ TEORIAS ADMINISTRATIVAS E ENFERMAGEM	324
■ ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM	325
ENFERMAGEM EM EQUIPE – DIMENSIONAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS	328
■ PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO E NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM NÍVEL AMBULATORIAL.....	328
■ ENFERMAGEM E RECURSOS HUMANOS: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	330
ENFERMAGEM NA AUDITORIA DOS SERVIÇOS E DA ASSISTÊNCIA	330
ENFERMAGEM, ENFERMEIRO, TOMADA DE DECISÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA E DO SERVIÇO	331
■ ADMINISTRAÇÃO DO PROCESSO DE CUIDAR EM ENFERMAGEM.....	331
■ NORMAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA ATUAÇÃO.....	332
PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES.....	332
PROGRAMA DA MULHER.....	333
PROGRAMA DA CRIANÇA.....	333
PROGRAMA DO ADOLESCENTE	335
PROGRAMA DO IDOSO.....	336
PROGRAMA DST E AIDS	336
PROGRAMA DE HANSENÍASE	337

PROGRAMA DE PNEUMOLOGIA SANITÁRIA.....	338
PROGRAMA DE HIPERTENSÃO	340
PROGRAMA DE DIABÉTICO	340
■ PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	341
■ PROCESSO DE ENFERMAGEM: TEORIA E PRÁTICA.....	342
■ CONSULTA DE ENFERMAGEM	347
■ MEDIDAS DE HIGIENE E DE SEGURANÇA NOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E PARA O TRABALHADOR.....	348
■ PARTICIPAÇÃO DO ENFERMEIRO NA CIPA.....	349
■ EMERGÊNCIAS CLÍNICO-CIRÚRGICAS E ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	351
■ PRIMEIROS SOCORROS	352
■ ASSISTÊNCIA INTEGRAL POR MEIO DO TRABALHO EM EQUIPES: DE ENFERMAGEM, MULTIPROFISSIONAL E INTERDISCIPLINAR	359
■ PLANEJAMENTO DO ENSINO AO CLIENTE COM VISTAS AO AUTOCUIDADO: PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DA SAÚDE	360

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

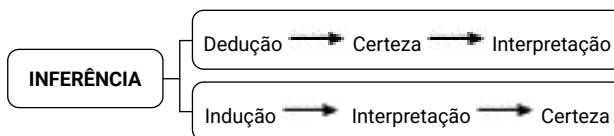
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

ÉTICA E MORAL

O ponto inicial desta matéria precisa de uma distinção que comumente passa despercebida: a diferença entre **ética e moral**. Você precisa de certezas firmes e objetivas para realizar a sua prova.

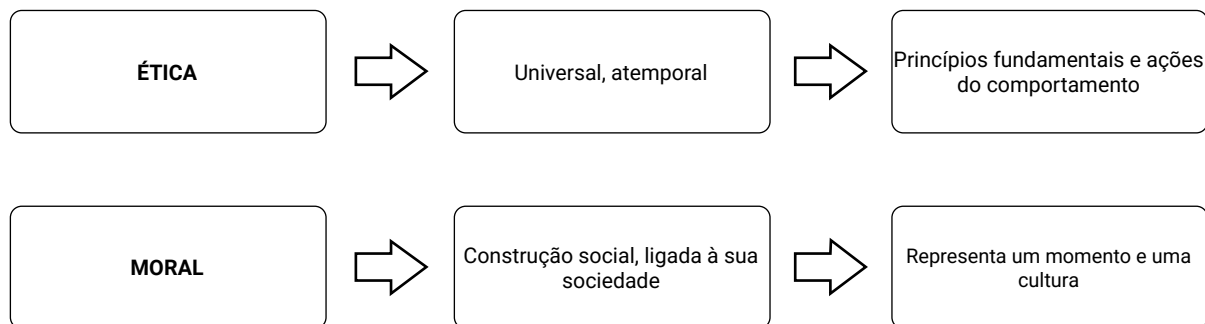
Ética é uma área da filosofia. É um estudo amplo, universal e atemporal. Seu objeto de estudo são princípios fundamentais das ações e do comportamento humano, englobando um conjunto de teorias e conceitos que visam definir as condições ideais para as ações humanas e as escolhas que devem ser feitas para alcançar referidas condições. A **moral**, por sua vez, é uma construção social. Sendo assim, está condicionada à sociedade que a cerca, que a contém. A moral, que pode ser transmitida por meio de religião, família e outras instituições sociais, tem um aspecto muito mais objetivo e é baseada em valores, crenças e costumes, que são compartilhados por um grupo de pessoas.

A ética, como parte da filosofia, alcança locais mais distantes e discute temas mais relevantes. Além disso, a ética é uma matéria de uma ciência por excelência. A dialética da filosofia busca a verdade final das coisas. A discussão e a oposição de ideias estabilizam os conceitos para que não mudem mais. A ética é estável, pois alcançou verdades que superam o tempo. **A ética é estável, ou seja, é atemporal.**

Já a moral possui grande valor social e é uma ferramenta importante, todavia tem uma aplicação temporal e muda no desenrolar dos eventos históricos. Portanto, ela é mutável, restrita a determinadas localizações geográficas e sociais. Ou seja, diferentes contextos históricos, sociais, culturais e econômicos podem variar o entendimento moral de um determinado grupo. Por exemplo, para praticantes de religiões como judaísmo e islamismo é imoral comer carne de porco, contudo, para grande parte da população é algo totalmente comum e aceitável. A moral respeita a continência, ou seja, está contida pela sociedade que a cerca.

Atenção! Alguns autores frequentemente trazem ética e moral como sinônimos, mas **cuidado**, as bancas dos concursos frequentemente estabelecem distinções entre esses termos.

Veja uma distinção um pouco mais clara:



A ética tem um caráter científico, por isto suas mudanças e aplicações ocorrem de outra forma. Sua estabilidade é muito maior e suas aplicações alcançam uma universalidade. Em algum momento, espera-se que mudanças em conceitos éticos ocorram, mas, para execução de provas de concurso, o conceito de universalidade e estabilidade é adequado.

Agora que já conseguimos separar algumas características de moral e ética, vamos aprofundar um pouco nos seus conceitos. Para fazer isso, vamos usar a **etimologia**.

É conveniente analisar no estudo da ética a sua etimologia. Assim, ética é uma palavra que vem do termo grego “*ethos*”, que quer dizer “modo de ser”, “costume” ou “hábito”. O termo “*ethos*” era usado pelos antigos gregos para descrever as características distintivas de um grupo ou comunidade, incluindo seus costumes, tradições e valores. A origem da palavra nos remete instantaneamente para o cerne de seu conceito que, apesar da dificuldade de estabelecer um significado único, nos envia a um conjunto de princípios morais ou valores que dão condição à convivência humana em sociedade.

Em seguida, temos a origem do termo “moral”, que advém do latim, da palavra “*moralis*”. Os antigos romanos utilizavam esse termo para descrever os costumes e comportamentos que eram considerados aceitáveis ou corretos na sociedade.

Nota-se que, apesar de etimologicamente as palavras terem significados parecidos, o termo “*moralis*” desde sua origem se restringe ao que é aceitável ou correto **em uma determinada sociedade**, já incorporando essa restrição a um espaço seja geográfico, social ou temporal.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

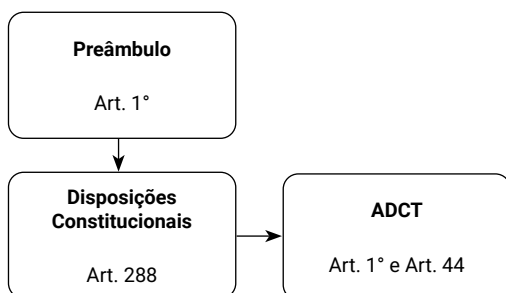
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS

A Constituição Federal de 1988 (CF, de 1988) estabeleceu a federação como forma de Estado. Isso significa dizer que há uma divisão interna do poder entre seus entes da federação.

Sendo um dos entes federativos do Brasil, o Estado de Alagoas goza de autonomia financeira, administrativa e política, de modo a exercer a competência estabelecida pelo art. 25 da CF, de 1988¹, o qual estabelece que os Estados-membros se regem e se organizam pelas Constituições e leis estaduais, respeitando, no entanto, os ditames da CF, de 1988.

Por conseguinte, a Constituição do Estado de Alagoas tem como parâmetro a CF, de 1988 para estabelecer as normas atinentes às peculiaridades regionais. Esta constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1989, exatamente um ano após a promulgação da CF, de 1988. Por ela, foi constituído o Estado alagoense em conformidade com o novo ordenamento jurídico. Sua função foi servir de pressuposto de validade de todo ordenamento jurídico estadual, ou seja, de norma base da qual decorrem todas as demais normas estaduais.

A Constituição de Alagoas é composta por três partes: preâmbulo, disposições constitucionais e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).



O **preâmbulo** é a parte que precede o texto articulado da Constituição. É nele que o legislador constituinte apresenta suas intenções e seus compromissos. Sua função é servir de interpretação e integração da própria norma constitucional ao reafirmar as intenções do Estado-membro com a elaboração da Constituição.

Dica

O texto do preâmbulo é uma espécie de intenção política, e não jurídica. Ele reflete o momento e o desígnio do legislador quando elaborou a constituição. Por esta razão, é a expressão *promulgamos, sob a proteção de Deus* contida no preâmbulo, o que diz respeito à crença do próprio legislador, e não a do Estado-membro, que é laico.

Após o preâmbulo, encontram-se as **disposições constitucionais**, ou seja, o próprio corpo da Constituição. Trata-se de 288 artigos, divididos em nove partes.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS	
Princípios Fundamentais	(Arts. 1º a 3º)
Organização do Estado	(Arts. 4º a 67)
Organização dos Poderes	(Arts. 68 a 161)
Tributação e do Orçamento	(Arts. 162 a 183)
Ordem Social	(Arts. 184 a 233)
Ordem Econômica	(Arts. 234 a 243)
Segurança Pública	(Arts. 244 a 247)
Política Agrícola e Fundiária	(Arts. 248 a 251)
Disposições Constitucionais Gerais	(Arts. 252 a 288)

Na sequência, encontra-se o **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**, destinado a auxiliar na transição de uma constituição para outra, de modo a neutralizar os efeitos de um possível conflito de normas de igual hierarquia (Constituição nova e Constituição velha). Trata-se, portanto, de regras de transição entre o antigo sistema e o novo, providenciando a acomodação e a transição das normas. A Constituição do Estado de Alagoas estabeleceu 44 artigos de transição, que se apresentam de forma destacada da Constituição estadual, inclusive com numeração e promulgação autônoma.

Desde a sua promulgação em 1989 até março de 2021, a Constituição estadual foi modificada 48 vezes por meio de emendas constitucionais. A Emenda Constitucional (EC) é atualmente a única forma permitida de se alterar o texto constitucional. Cada alteração recebe uma numeração em algarismo árabe, sendo a primeira a EC nº 1, de novembro de 1990, e a última a EC nº 48, de junho de 2020.

Considerando que se trata de uma norma extensa, o presente estudo será voltado aos pontos principais da Constituição Estadual, tendo como parâmetro o concurso almejado. Serão objetos do estudo: **Princípios Fundamentais, Organização do Estado, Conselho da Justiça Militar e Segurança Pública**.

Antes de iniciar o estudo da Constituição do Estado de Alagoas, é preciso ter em mente que, para melhor compreendê-la, é primordial entender sua estrutura e identificar as ideias mais importantes da legislação. No entanto, trata-se de um assunto que costuma ser cobrado na literalidade de seus artigos pelas bancas. Por esta razão, é extremamente importante ler o texto de lei e tentar compreender os pontos mais importantes dos artigos, sem precisar, contudo, decorá-los.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais compreendem os três primeiros artigos da Constituição Estadual. Em síntese, são os seus mandamentos nucleares. O art. 1º traz a forma de Estado e a forma de governo do Brasil, ou seja, federação e república.

Art. 1º O Estado de Alagoas, constituído de Municípios autônomos, é unidade político-administrativa da República Federativa do Brasil.

¹ Art. 25 da CF, de 1988 – Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SUS

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ARCABOUÇO LEGAL

DO BRASIL COLÔNIA AOS PRIMEIROS PASSOS EM DIREÇÃO AO SUS

Antes do nascimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, a população já contava com algumas formas de atendimento médico, além de programas de saúde coletiva que buscavam prevenir doenças parasitárias e diminuir o risco de doenças contagiosas que pudessem retirar a população ativa dos meios de produção.

Por isso, antes de entrarmos nas atuais políticas públicas de saúde, é importante conhecer o que nos trouxe até o momento em que vivemos. Todas as ações contra doenças e de melhoria da saúde dos brasileiros que culminaram, no final da década de 1980, com a confecção da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 8.080, de 1990, se iniciaram no início da República do Brasil, e por isso vale ressaltar aqui alguns pontos principais.

Os primeiros passos da organização do sistema de saúde brasileiro deram-se ainda no período da República Velha (1889 a 1930), a chamada Primeira Reforma Sanitária. Nesta fase tivemos a transição de uma economia exclusivamente agrícola e de exportação, para uma etapa de industrialização, o que incentivou a migração da população rural para as cidades.

O aumento da população urbana de forma rápida e exponencial mostrou o despreparo das cidades para abrigá-las, forçando as pessoas a residir em áreas mais periféricas e sem qualquer condição sanitária de moradia (aglomerações, má higiene, uso de água não tratada de forma adequada, crescimento de insetos e vetores etc.), acarretando o aumento de doenças infecciosas e parasitárias. Cabe salientar que nesta época, não somente tivemos a migração da população rural para as zonas urbanas, mas os escravos libertos que buscam melhores condições de vida nos novos postos de trabalho criados, além dos imigrantes europeus recém-chegados.

Em 1850 o governo inicia os programas de redução de riscos para propagação de epidemias reinantes e nos socorros aos enfermos por meio do Decreto nº 533 de 25/04/1850; no Decreto nº 598 de 14/09/1850 concedeu ao Ministério do Império verba a ser destinada exclusivamente ao início dos trabalhos para melhorar

o estado sanitário da capital e de outras províncias do império (FUNASA, 2017).

Lembrando que nessa época as atividades de Saúde Pública eram focadas no controle de Navios dos Portos e Autoridades Vacinadoras contra a varíola, além disto havia o acréscimo dos casos de tuberculose que encontrava novas condições de circulação, atingindo de forma exponencial os jovens nas idades mais produtivas (FUNASA, 2017).

Assim, percebemos as primeiras iniciativas do governo brasileiro no combate às epidemias, ainda baseadas nas melhorias sanitárias.

Nas primeiras décadas do século XX o Brasil ainda sofria com epidemias, em particular a febre amarela e a malária, que causavam prejuízo ao comércio e à indústria, devido à alta mortalidade.

Esse problema não era exclusivamente brasileiro, afetando outros países da América Latina, o que dificultava a expansão comercial. São conhecidos nesta época os primeiros incentivos às pesquisas biomédicas, sobretudo às doenças tropicais, e a formação de equipes de trabalho inspiradas no modelo militar de organização de equipes de trabalho, com a função de intervir com disciplina e eficácia, criando as campanhas sanitárias (FUNASA, 2017).

Em 1903, Oswaldo Cruz é nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública, cargo equivalente ao atual Ministro da Saúde e entre suas ações de destaque têm-se a utilização do recém-criado Instituto Soroterápico Federal (atual Instituto Oswaldo Cruz) como base de apoio técnico-científico e a deflagração de campanhas de saneamento, além da criação da polícia sanitária (FUNASA, 2017).¹

Como visto até aqui, o conceito de saúde pública e as ações do governo na área da saúde do Brasil colônia até o final da República Velha eram totalmente voltados ao controle das epidemias e às condições sanitárias das cidades e dos portos.

O Brasil até as primeiras décadas do século XX contava com algumas Santas Casas de Misericórdia, gerenciadas pela Igreja e com atendimento destinado aos pobres e desvalidos.

No final da República Velha, alguns trabalhadores começaram a se juntar e organizar Caixas de Aposentadoria e Pensões que também se destinavam aos cuidados médicos e compra de medicamentos para seus associados e familiares.

Essas CAPs começam a se difundir nos anos de 1920, geridas pelos trabalhadores das empresas de determinadas áreas, sendo a dos ferroviários uma das primeiras de grande destaque.

Com a Lei Eloy Chaves, de 1923, marco do início da conhecida Previdência Social, que obrigava todas as companhias ferroviárias do Brasil a criar uma Caixa de Aposentadorias e Pensões para manter o aporte financeiro necessário aos empregados, os donos das empresas privadas e os funcionários realizavam contribuições mensais, o que garantiria os benefícios a todos os contribuintes (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Após a CAPs dos Ferroviários, outros segmentos também passaram a adotá-las, seguindo os mesmos moldes: tanto trabalhadores de empresas privadas como públicas perceberam que seria vantajoso gerenciar e manter tal benefício, temos assim a criação nos próximos anos das CAPs dos portuários, da navegação marítima e da aviação (AGÊNCIA SENADO, 2019).

¹ Para mais informações, acesse o endereço: <<http://www.funasa.gov.br/cronologia-historica-da-saude-publica>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

ATUALIDADES

FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO

DEZEMBRO DE 2025

Mundo

- **EUA impõem proibições de visto a europeus por suposta censura em redes sociais¹**

Na terça-feira, 23 de dezembro, o governo do presidente Donald Trump anunciou a suspensão de vistos de um ex-comissário da União Europeia e de ativistas envolvidos no combate à desinformação. A decisão foi justificada pela Casa Branca sob a alegação de que essas figuras teriam participado de iniciativas que resultaram em censura de plataformas de mídia social norte-americanas, interferindo, segundo Washington, no livre funcionamento do debate público digital.

A medida se insere em um contexto mais amplo de confronto entre os Estados Unidos e a União Europeia em torno da regulação das grandes plataformas digitais. Autoridades americanas vêm criticando de forma recorrente normas europeias que consideram excessivamente restritivas à liberdade de expressão e prejudiciais aos interesses econômicos de empresas de tecnologia sediadas nos EUA. No centro desse embate está a Lei de Serviços Digitais (*Digital Services Act* — DSA), legislação adotada pela União Europeia com o objetivo de combater discursos de ódio, desinformação e a disseminação de notícias falsas. Para o governo norte-americano, no entanto, a DSA impõe custos elevados às *big techs*, amplia o poder regulatório dos Estados europeus e cria mecanismos que podem resultar em censura indireta de conteúdos.

Como parte dessa estratégia de enfrentamento, Washington orientou diplomatas e representantes a articularem oposição política e institucional à DSA, buscando apoio de aliados e pressionando autoridades europeias. O movimento evidencia o aumento das tensões transatlânticas sobre temas sensíveis como liberdade de expressão, responsabilidade das plataformas digitais e soberania regulatória, ao mesmo tempo em que revela divergências profundas sobre os limites da atuação estatal no ambiente digital.

Especialistas avaliam que a suspensão de vistos representa mais do que um gesto simbólico. A decisão

pode impactar negociações comerciais e políticas em curso entre Estados Unidos e União Europeia, além de estabelecer um precedente relevante: o uso de restrições migratórias como instrumento de pressão diplomática em disputas regulatórias. Nesse sentido, o episódio amplia o debate global sobre a governança internacional da internet, sinalizando que o controle do espaço digital tende a se tornar um dos principais eixos de conflito geopolítico nos próximos anos.

Rússia lança quase 500 drones e 40 mísseis contra a Ucrânia em ataque massivo²

Na madrugada de sábado, 27 de dezembro, a Rússia promoveu uma de suas ofensivas aéreas mais intensas desde o início da guerra, lançando quase 500 drones e cerca de 40 mísseis contra o território ucraniano, de acordo com declarações do presidente Volodymyr Zelensky. O ataque ocorreu em meio a sinais difusos de negociações e iniciativas diplomáticas voltadas à contenção do conflito, mas o volume e a duração da ofensiva evidenciam que, no terreno, a dinâmica da guerra permanece marcada pela escalada militar e pela persistência da violência.

Os bombardeios tiveram como principais alvos a infraestrutura energética e áreas civis da capital, Kiev, provocando apagões generalizados e deixando diversos bairros sem fornecimento de eletricidade e aquecimento, em pleno período de inverno. Zelensky afirmou que equipes de emergência foram mobilizadas para conter incêndios, remover destroços e iniciar reparos, mas ressaltou que os danos são extensos e afetam diretamente o cotidiano da população. Segundo ele, a estratégia russa de atingir instalações críticas busca desgastar a resistência ucraniana e pressionar a sociedade civil por meio do colapso de serviços essenciais.

O impacto humano foi imediato. De acordo com o prefeito de Kiev, Vitali Klitschko, ao menos 28 pessoas ficaram feridas, das quais 13 precisaram ser hospitalizadas. A ofensiva se estendeu por quase 10 horas, configurando-se como uma das mais longas e agressivas registradas ao longo do ano na região, o que elevou o nível de alerta das autoridades e forçou milhares de moradores a buscar abrigo durante a madrugada.

O episódio reforça o caráter prolongado e cada vez mais destrutivo do conflito entre Rússia e Ucrânia, marcado pelo uso sistemático de drones e mísseis contra infraestruturas críticas em centros urbanos. Analistas alertam que ataques dessa natureza ampliam significativamente os riscos humanitários e econômicos, ao comprometer serviços básicos como energia, aquecimento e abastecimento de água. Em um país já afetado por deslocamentos internos, perdas econômicas e instabilidade social, a continuidade dessas ofensivas aprofunda a crise e reduz as perspectivas de alívio imediato para a população civil.

¹ EUROPA critica EUA por negar visto de ativistas contra desinformação. **Agência Brasil**, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-12/europa-critica-eua-por-negar-vistos-de-ativistas-contra-desinformacao>. Acesso em: 28 jan. 2026.

² TANNO, S.; TARSOVA-MARKINA, D. Zelensky acusa Rússia de atacar Ucrânia com 500 drones e 40 mísseis. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/zelensky-acusa-russia-de-atacar-ucrania-com-500-drones-e-40-misseis/#:~:text=A%20R%C3%BAssia%20lan%C3%A7ou%20quase%20500,curso%20fala%20por%20s%C3%B3>. Acesso em: 28 jan. 2026.

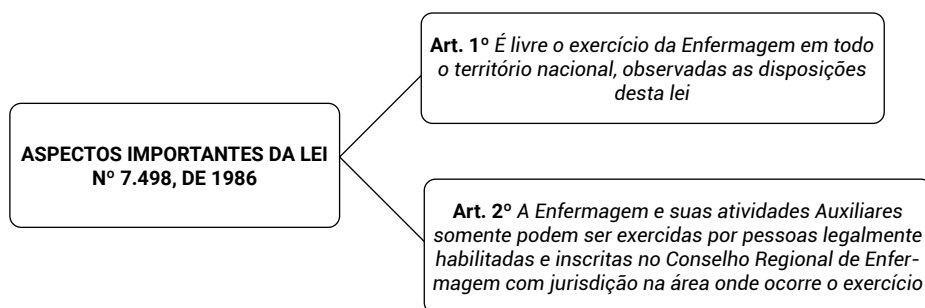
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEI DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

LEI Nº 7.498, DE 25 DE JUNHO DE 1986

A Lei nº 7.498, publicada em 25 de junho de 1986, dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, bem como dá outras providências.

Vale ressaltar que a Lei nº 7.498, de 1986, foi composta originalmente por 27 artigos. Diversos foram vetados com o passar dos anos até que se tivesse o texto que temos hoje.



O art. 1º apresenta que o exercício da enfermagem é livre em todo o território nacional, desde que sejam observadas todas as disposições dessa legislação, que, como será visto a seguir, inclui a exigência de que o profissional obtenha diploma válido no território nacional.

O art. 2º reforça que as atividades da enfermagem, assim como as atividades auxiliares a ela, somente podem ser exercidas por pessoas que estejam legalmente habilitadas; também devem estar inscritas no respectivo Conselho Regional de Enfermagem (Coren) de onde atuam, ou seja, no Coren com jurisdição na área onde o profissional pratica o exercício da profissão. Vale ressaltar, assim, que só o diploma não é suficiente.

Por exemplo, se um profissional vai trabalhar na cidade de Belo Horizonte, ele deverá estar inscrito no Coren do Estado de Minas Gerais. Veja o que afirma a Lei nº 7.498, de 1986:

Art. 2º [...]

Parágrafo único. A Enfermagem é exercida privativamente pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem, pelo Auxiliar de Enfermagem e pela Parteira, respeitados os respectivos graus de habilitação.

A enfermagem é exercida pelos seguintes agentes:

- enfermeiro(a);
- técnico(a) em enfermagem;
- auxiliar de enfermagem;
- parteiro(a).

Vale destacar que, aqui, não há a presença da doula e do agente comunitário de saúde. Isso quer dizer que essas profissões não fazem parte da equipe de enfermagem. Não caia nessa “pegadinha”.

Atenção às prescrições dos arts. 3º e 4º, da Lei nº 7.498, de 1986:

Art. 3º *O planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem.*

Art. 4º *A programação de enfermagem inclui a prescrição da assistência de enfermagem.*

No art. 3º, é visto que “[...] o planejamento e a programação das instituições e serviços de saúde incluem planejamento e programação de enfermagem”, o que reforça a importância da participação das equipes de enfermagem dentro das instituições de saúde.

Quando se fala em programação das atividades de enfermagem, o art. 4º dispõe que, dentro das atividades de programação, está inclusa a prescrição da assistência de enfermagem.

Cumpramos ressaltar que o art. 5º da referida lei e seus dois parágrafos foram **vetados posteriormente**.

A seguir, a lei dispõe as definições de cada categoria dentro da enfermagem.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO